



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

TERMO DE CONCESSÃO DE USO Nº XX/2014
SEI Nº 0051357-31.2014

TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS E A EMPRESA XXXXXXXXXX.

A **UNIÃO**, por meio do **Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.789.902/0001-72, com sede na Avenida Teotônio Segurado, 202 Norte, Conj. 01, lotes 1/2, Palmas/TO, neste ato representado por seu Diretor-Geral — **José Machado dos Santos**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 1.565.192 SSP/DF e do CPF nº 412.307.011-68 — e pelo Secretário de Administração e Orçamento — **Francisco Alves Cardoso Filho**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 2.722 SSP/TO e do CPF nº 549.640.241-72 —, doravante denominada simplesmente **CONCEDENTE**, e a empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXXXXXX, com sede na Avenida XXXXXXXX, Palmas/TO, neste ato representada por **XXXXXXXXXX**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, daqui por diante designada simplesmente **CONCESSIONÁRIA**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**, sob o nº xx/2014, decorrente de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 03/2014, autorizada no Sistema Eletrônico de Informações nº 0051357-31.2014, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, e mais as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem como objeto a concessão de uso de bem público, consistindo em espaço físico de 41,51m², localizado no Edifício Sede do Concedente (Quadra 202 Norte, Av. Teotônio Segurado, Conjunto 1. Lotes 1 e 2, Palmas-TO), destinada à exploração de serviço de lanchonete pela Concessionária, com vistas à proporcionar aos usuários do Concedente e público em geral, local adequado para realização de lanches com qualidade, higiene e conforto.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins se obriga a:

- a) disponibilizar espaço físico referido na cláusula primeira deste termo;

- b) permitir o livre acesso dos empregados da Contratada, se houver, para a execução das atividades;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo responsável da Contratada;
- d) fiscalizar, por intermédio do Chefe da Seção de Serviços Gerais, a qualidade dos produtos comercializados pela Contratada e qualquer outro assunto de interesse deste Tribunal;
- e) suprir de energia elétrica e água encanada as instalações utilizadas pela Contratada.
- f) notificar a Contratada, por escrito, a respeito de qualquer irregularidade constatada na execução da Concessão Administrativa de Uso;
- g) Notificar a Contratada do término deste Termo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, se a empresa degradar o nível dos serviços prestados, conforme apurado em processo administrativo, em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa, sem que disso decorra a obrigação de indenizá-la.

2.2 A Concessionária se obriga a:

- a) proporcionar aos usuários lanches/alimentos com qualidade e preços de acordo com o praticado no mercado (levando sempre em conta a relação existente entre a qualidade e preços praticados em lanchonetes/cantinas em Órgãos Públicos nesta capital);
- b) executar os serviços, objeto do presente termo, por meio do seu quadro de pessoal ou por empregados, por ela recrutados em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, que deverão possuir, dentre outros, os seguintes requisitos:
 - b.1) ter qualificação para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;
 - b.2) ser pontual e assíduo ao trabalho;
 - b.3) ter bons antecedentes e princípios de urbanidade e cortesia, com qualidade no atendimento pessoal;
 - b.4) que gozem de boa saúde física e mental e de conduta irrepreensível;
 - b.5) apresentar-se sempre com uniforme completo, limpo e com crachá de identificação;
 - b.6) pertencer ao quadro de empregados da Contratada;
- c) utilizar, na execução dos serviços, pessoal treinado para o serviço afim, sob sua exclusiva responsabilidade;
- d) assumir toda responsabilidade pelos encargos previdenciários e obrigações sociais e trabalhistas previstos na legislação em vigor, em relação aos empregados utilizados pela Contratada na prestação de serviços neste Tribunal;
- e) permitir a fiscalização de suas atividades neste Tribunal, por meio de servidor da Seção de Serviços Gerais;
- f) responder prontamente às solicitações e determinações do fiscal do contrato, que, para tanto, manterá registro de ocorrências;
- g) substituir, sempre que exigido pelo fiscal do contrato, independentemente de justificativa, qualquer pessoa a seu serviço cuja atuação, permanência e/ou

comportamento sejam julgados inconvenientes à disciplina do Órgão ou ao interesse do Serviço Público;

h) ser responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução das atividades, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por servidor deste Tribunal;

i) ser responsável por danos causados diretamente a qualquer bem de propriedade deste Tribunal, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados, se houver, durante a execução das atividades;

j) Avisar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, seu interesse em pôr fim a essa concessão.

k) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

l) indicar ao fiscal do contrato o nome de seu preposto, se houver, com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las à seção incumbida da fiscalização;

m) comunicar verbal e imediatamente, à seção fiscalizadora, todas as ocorrências anormais verificadas na execução das atividades e, no menor espaço de tempo possível, fazer por escrito a comunicação, acrescentando os dados e circunstâncias necessárias ao esclarecimento dos fatos;

n) cumprir as instruções complementares da seção fiscalizadora, quanto à execução das atividades, permanência e circulação de pessoas no prédio deste Tribunal;

o) responsabilizar-se pela completa limpeza e manutenção das instalações cedidas neste Tribunal;

p) afixar, em lugar visível, tabela de preços dos produtos alimentícios oferecidos;

q) não expor ou comercializar bebidas alcoólicas;

r) não permitir, no recinto deste Tribunal, que pessoas ligadas a ela fumem ou consumam bebidas com teor alcoólico;

s) o horário normal de funcionamento da lanchonete deverá ser de segunda a sexta-feira, de 13:00 às 19:00 horas e no período eleitoral, a ser informado à Concessionária a cada oportunidade, o período de funcionamento será de, no mínimo, 8 (oito) horas diárias, em conformidade com Portaria que designe horário especial, inclusive ao sábados, domingos e feriados.

t) eventualmente, qualquer obra de adequação do espaço físico destinado à exploração da lanchonete, deverá ser precedida de aprovação por parte do fiscal do contrato;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. A Concessionária pagará mensalmente o valor de R\$xx,xx (XXXXX), para compensar as despesas decorrentes do consumo de água e energia elétrica. Esse pagamento deverá ser efetuado por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), sendo a Unidade Favorecida a UG: 070027 (TRE/TO) e o Código de Recolhimento:

18822-0 (STN OUTRAS RECEITAS), devendo a Contratada entregar o recibo ao fiscal do contrato até o último dia útil de cada mês. A inadimplência no recolhimento desse valor ensejará a suspensão/rescisão da concessão administrativa, a critério da Administração.

3.2. O atraso no pagamento implicará em multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades previstas neste termo.

3.3. O valor a ser pago será atualizado anualmente utilizando-se como fator de correção IGP-M no período.

CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES

4.1 Caso a Concessionária não cumpra quaisquer das obrigações assumidas, ou fraude, por qualquer meio, o presente Termo de Concessão, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, uma ou mais das seguintes penalidades, a juízo da administração do Concedente, conforme permissivo dos art. 87 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02, a saber:

- a) advertência por escrito, quando a contratada praticar irregularidades de pequena monta, a critério da Administração;
- b) por infração às cláusulas contratuais, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimativo do Termo anual atualizado, a ser recolhida através de Guia de Recolhimento da União, no prazo de 03 (três) dias úteis, após a respectiva notificação, sendo assegurado o contraditório e ampla defesa, cumulável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual, se for o caso, exceto se motivado comprovadamente por caso fortuito ou força maior;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. A concessão de uso de que trata o presente Termo de Referência vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1. Constituem motivos para a rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do artigo 80, todas da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

7.1. O presente Termo de Concessão de Uso de Bem Público será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, conforme determina o Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente Contrato é competente a Justiça Federal, Seção Judiciária de Palmas, Capital do Estado do Tocantins.

E por estarem assim de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em meio eletrônico, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.

.